

## **Práticas pedagógicas inclusivas: a adaptação de materiais didáticos para alunos com deficiência visual no Ensino Fundamental**

**Giovanna Carvalho Santos<sup>1</sup>**  
**Ana Cristina Vigliar Bondioli<sup>2</sup>**

### **Resumo**

Esse artigo pretende evidenciar o trabalho do Núcleo de Adaptação Pedagógica do Colégio Vicentino de Cegos Padre Chico, enquanto realiza a análise dos materiais de apoio produzidos pelo setor, a fim de efetivar seu papel como recurso de ensino aos alunos com deficiência visual no Ensino Fundamental. O trabalho foi construído por meio de uma revisão bibliográfica, da análise dos materiais de apoio e dos relatos dos alunos. A partir da pesquisa, foi possível concluir que o uso dos materiais apresentados contribuiu efetivamente para a aprendizagem dos alunos e para a construção de sua autonomia. As entrevistas com os estudantes evidenciaram as barreiras enfrentadas nas redes regulares de ensino, superadas após o ingresso no colégio. Dessa maneira, conclui-se que a adaptação pedagógica é essencial para garantir equidade e aprendizagem significativa.

**Palavras chaves:** Enterolobium contortisiliquum; Fitoquímica; Farmacologia. Educação inclusiva; Acessibilidade; Materiais de apoio; Braille

### **Introdução**

O processo de inclusão de alunos com deficiência visual teve início no Brasil com o Imperial Instituto dos Meninos Cegos – posteriormente nomeado como Instituto Benjamin Constant – fundado em 1854, por José Álvares de Azevedo, esteve sobre proteção do império brasileiro até a queda da monarquia. Este tinha como objetivo proporcionar aos meninos que ali residiam o ensino primário, musical, profissional e o ensino secundário (Leão, 2019).

Outras instituições surgiram ao longo do tempo, como o Colégio Vicentino de Cegos Padre Chico, fundado em 1928, por iniciativa do oftalmologista Dr. José Pereira Gomes. Durante uma comemoração da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, ele propôs a criação de uma escola voltada exclusivamente para crianças ce-

---

<sup>1,2</sup> Universidade Santo Amaro

gas. Para viabilizar o projeto, foi solicitada à Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo a vinda de irmãs que assumiriam a direção da casa sobre os valores de São Vicente de Paulo e Santa Luísa de Marillac (Camargo; Marques, 2012).

Com o passar dos anos, o colégio foi ganhando estrutura e identidade própria. A comunidade das irmãs, orientada pela legislação vigente e pelas necessidades educacionais dos alunos, investiu na ampliação da infraestrutura, na implementação de tecnologias assistivas e na capacitação de colaboradores e docentes. Assim, formou-se uma equipe preparada para atender, de forma individualizada, às diversas demandas dos estudantes (Csmstgo; Marques, 2012).

Atualmente, o Colégio Vicentino Padre Chico continua em plena atividade e em 2028 completará cem anos de existência. A instituição oferece ensino desde os anos iniciais até os finais para crianças cegas, com baixa visão e videntes. Além disso, no contraturno, são oferecidas aulas de braille, piano, teclado, violão, teatro, balé e mobilidade, de acordo com o interesse e necessidade dos alunos.

Trata-se de uma instituição sem fins lucrativos, aberta à visitação e ao conhecimento de todos que desejarem conhecê-la.

Diante disso, é importante destacar que a inclusão de alunos com deficiência visual não se dá apenas por sua permanência em sala. O artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, dispõe que as instituições de ensino devem proporcionar aos educandos acesso a diferentes metodologias e recursos pedagógicos, estando eles de acordo com as necessidades individuais de cada um. Além disso, o inciso III do artigo destaca a importância da capacitação dos professores, com o intuito de promover a integração de toda a turma em um ambiente de aprendizagem inclusiva.

Entre as ferramentas previstas por lei para garantir essa inclusão, destaca-se a adaptação de materiais didáticos, que serve de apoio para a assimilação dos conteúdos aplicados em sala de aula. Essas adaptações podem incluir a transcrição de textos para o sistema braille, o uso de fontes ampliadas, recursos táteis, materiais sonoros, aparelhos leitores de tela e diferentes tecnologias assistivas. Esses recursos possibilitam a participação ativa do aluno com deficiência visual no processo educacional, retirando-o de um papel passivo e limitado à escuta, favorecendo o desenvolvimento de sua autonomia. Assim, o estudante torna-se agente ativo na construção do próprio conhecimento, ampliando suas oportunidades de aprendizagem e interação social no ambiente escolar.

Em virtude disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de adaptação de materiais didáticos como ferramenta para a inclusão de alunos com deficiência visual no Ensino Fundamental. Pretende-se discutir a importância dessas adaptações e avaliar a efetividade dos materiais elaborados pelo núcleo de adaptação do Colégio Vicentino de Cegos Padre Chico, com base nos relatos e experiências vivenciadas por diferentes alunos, os quais serão apresentados ao longo da pesquisa.

## Metodologia

Para a realização desta pesquisa, foi inicialmente feito um levantamento de documentos e artigos na plataforma Google Acadêmico. Algumas palavras-chave foram fundamentais para a localização dos textos que serviram de base para a fundamentação teórica e contextualização histórica do trabalho. Entre elas, destacam-se: “Deficiência visual”, “Materiais de apoio”, “Braille”, “Tecnologias assistivas”, “Inclusão”, “Recursos didáticos” e “Acessibilidade”.

Os documentos encontrados dão corpo a discussão sobre a inclusão de alunos com deficiência visual, bem como a importância da utilização de materiais de apoio no estímulo ao processo de ensino e aprendizagem desses estudantes. A partir dessa revisão bibliográfica, foi possível construir uma breve linha do tempo, com o objetivo de esclarecer ao leitor a relevância da adaptação tanto dos materiais quanto dos conteúdos ministrados a estudantes cegos nas escolas regulares.

Como forma de complementar a pesquisa teórica, foram analisados alguns materiais de apoio utilizados na disciplina de Matemática, com maior ênfase nos anos finais do Ensino Fundamental. Foram selecionados, para fins de descrição, diferentes tipos de gráficos, malhas quadriculadas, tabelas e figuras geométricas, todos já inseridos no contexto da sala de aula e nas atividades avaliativas.

A exposição desses materiais no presente artigo tem a intenção de proporcionar ao leitor uma melhor compreensão sobre o processo de adaptação realizado pelo Núcleo de Adaptação Pedagógica, responsável por sua produção no Colégio Vicentino de Cegos Padre Chico.

Ao final da pesquisa, são apresentados relatos de alunos e ex-alunos que se beneficiaram desses materiais ao longo de sua trajetória escolar na instituição. Os depoimentos têm como objetivo evidenciar a eficácia dos recursos adaptados na construção do conhecimento e no desenvolvimento da autonomia dos estudantes. Além disso, os relatos servem como referência para professores que necessitam de suporte na elaboração e na aplicação adequada dos materiais descritos ao longo deste artigo.

## A história da educação de pessoas cegas no Brasil e a trajetória do colégio Padre Chico

Ao observarmos o histórico da educação de pessoas cegas na sociedade brasileira, fica evidente que sua construção neste país foi marcada pela exclusão. Devido à inexistência de políticas públicas ou instituições voltadas para o atendimento educacional desse grupo, era comum que essas pessoas fossem afastadas da sociedade, que não as enxergava como indivíduos capazes de viver com autonomia.

Com o passar do tempo, algumas iniciativas foram criadas para promover a

inclusão desses alunos nas instituições de atendimento educacional. No Brasil, a primeira instituição fundada com o intuito de acolher esses alunos foi o Imperial Instituto de Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC). O projeto surgiu a partir de modelos europeus, como o Instituto Nacional de Jovens Cegos de Paris, onde José Alvares de Azevedo se formou no Sistema Braille, o que posteriormente lhe possibilitou dar aulas a Adéle Marie Louise Sigaud, filha cega do Dr. José Francisco Xavier Sigaud, de quem se tornou muito próximo. Com a mediação do Dr. Sigaud e a participação do imperador, a proposta do instituto foi apresentada à Assembleia Geral Legislativa em maio de 1853. O projeto visava criar uma escola que oferecesse educação formal e profissionalizante a esse público, conforme apresentado no discurso de inauguração feito pelo médico: (Lemos; Ferreira, 1995).

"O Instituto tem por fim educar meninos cegos e prepará-los segundo sua capacidade individual, para exercício de uma arte, de um ofício, de uma profissão liberal. É, pois, uma casa de educação e não um asilo, e muito menos um hospício; um tríplice especialidade, música, trabalhos, ciência, eis o que constitui sua organização especial". (Jornal do Comércio, número 2.419, de 20 de setembro de 1854)

Inaugurado em 17 de setembro de 1854, após o decreto imperial n.º 1.428, o Imperial Instituto de Meninos Cegos contou com a presença das mais altas classes da sociedade brasileira, além do Dr. Sigaud, que dedicou parte de seu discurso em tributo ao amigo e professor José Alvares de Azevedo, falecido em 17 de março daquele ano (Lemos; Ferreira, 1995).

O primeiro administrador do Imperial Instituto de Meninos Cegos foi o Dr. José Xavier Sigaud, responsável por tornar possível o processo de alfabetização e por estruturar os cursos profissionalizantes compatíveis com os alunos que ali residiam. Apesar de muito significativa, a passagem do doutor pela administração foi breve, já que ele faleceu em 10 de novembro de 1856. Com sua morte, assume a direção o conselheiro Cláudio Luiz da Costa, que deu prosseguimento ao trabalho já realizado e buscou melhorias para o instituto por meio da contratação de especialistas que ensinavam aos cegos diversos ofícios. Além do ensino profissionalizante, os alunos, durante a regência do conselheiro, deveriam aprender gramática, geografia, física, geometria, álgebra e noções de ciências naturais. A administração de Cláudio Luiz deixou como principal legado a montagem de uma tipografia para impressão em pontos salientes. A partir dela, foi publicada a primeira obra em braille no Brasil: o livro "História Cronológica do Imperial Instituto de Meninos Cegos", de autoria do próprio Cláudio de Azevedo. A obra, que teve três volumes, registrou os fatos ocorridos até aquele momento no instituto. Em junho de 1869, com o falecimento de Cláudio Luiz da Costa, o Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que desde 1861 integrava o corpo pedagógico do instituto, ministrando aulas de matemática e ciências naturais, tornou-se seu administrador. Foi sob a direção do Dr. Benjamin Constant que o instituto passou por uma grande mudança de endereço, o que possibilitou um

aumento significativo no número de estudantes. Durante seu período de gestão, o instituto foi definitivamente consagrado como escola. O trabalho de Benjamin buscou oferecer aos alunos residentes novas perspectivas de vida por meio da remodelação e da criação de novos cursos na fundação. Em virtude de seu legado histórico e de seu longo período de atividade, o Imperial Instituto de Meninos Cegos transformou-se, em 1960, na Fundação Benjamin Constant, numa tentativa de modernizar e ampliar sua ação, passando a oferecer uma estrutura mais ampla e inovadora para atender pessoas com deficiência visual em todo o país (Lemos; Ferreira, 1995).

Da mesma forma que os centros de estudos europeus inspiraram a criação de uma instituição para a formação e capacitação de alunos cegos no século XIX, o Instituto Benjamin Constant serviu de inspiração para a criação de novos projetos na capital paulista. Um desses projetos é o Colégio Vicentino de Cegos Padre Chico, fundado em 7 de outubro de 1928 pelo médico oftalmologista Dr. José Pereira Gomes (1882-1968). Naquele período, o médico liderava a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e, como uma de suas delegações, estava responsável pela organização da Semana Oftalmo-Neurológica, que reuniria figuras importantes da sociedade paulista e múltiplos profissionais da área. Foi durante essa comemoração que o médico compartilhou com os presentes sua preocupação com o número crescente de adultos e crianças cegos que viviam desamparados, sem apoio de familiares ou da comunidade. Comovidas com o discurso de Dr. Pereira Gomes, algumas autoridades estaduais, municipais e eclesiásticas realizaram a doação de um terreno, que ficaria sob a responsabilidade do então arcebispo Dom Duarte Leopoldo (1867-1938) e posteriormente sua direção seria entregue a Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo (Camargo; Marques, 2012).

Com a chegada das irmãs ao instituto, iniciaram-se os trabalhos com os alunos. Até 29 de dezembro de 1929, haviam sido matriculados no instituto 161 alunos de ambos os sexos nas classes pré-primárias e primárias. O professor Mauro Montagna, aposentado recentemente do Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, orientou o início do trabalho com os alunos cegos e contribuiu para o acervo e a transcrição de livros em braile (Camargo; Marques, 2012).

O instituto também contou com o apoio de outros professores, como Alfredo Chatagnier, o primeiro a ensinar o método de leitura e escrita em braile. A Sra. Vera Pacheco lecionou aos alunos os cursos de modelagem, ginástica e canto com violão. Também não se pode deixar de fora o apoio dos senhores Benedicto Vieira e Ernesto Maçon, que também prestaram serviços ao instituto no início de seu funcionamento (Camargo; Marques, 2012).

Com o passar dos anos, o colégio se consolidou graças ao trabalho dedicado das irmãs e dos colaboradores da missão de caridade. Desde a sua fundação, o instituto tem a missão de oferecer uma educação de qualidade a crianças e jovens com deficiência visual, valorizando o desenvolvimento da autonomia e da independência

deles. Por meio da diversificação de disciplinas e oficinas práticas, além da capacitação constante de professores e profissionais da educação, a instituição busca formar indivíduos ativos, confiantes e capazes de participar plenamente da vida em sociedade (Camargo; Marques, 2012).

Atualmente, o colégio continua cumprindo com excelência sua missão de promover uma educação inclusiva e transformadora. Visando os valores de São Vicente de Paulo e Santa Luiza de Marillac, como simplicidade, humildade, mansidão, mortificação e zelo apostólico. A instituição, funciona como uma escola filantrópica, oferecendo ensino gratuito da educação infantil ao ensino fundamental II para crianças e adolescentes com deficiência visual, baixa visão ou sem deficiência visual conforme se estabelece a legislação. Com turmas reduzidas, ensino especializado em braille, uso de tecnologias assistivas e infraestrutura acessível, o Colégio garante o pleno desenvolvimento pedagógico e social de seus alunos. Ao manter viva a inspiração de seus fundadores, a escola se firma como referência nacional no atendimento educacional especializado, formando cidadãos autônomos e preparados para atuar com dignidade e confiança na sociedade.

Em paralelo à ação dos institutos, a legislação brasileira se desenvolveu com o intuito de promover os direitos e a inclusão desses alunos no sistema educacional de preferência nas redes regulares de ensino. A Constituição Federal de 1988, foi um grande marco para a educação do país, ao reconhecer o direito à educação para todos, incluindo pessoas com deficiência, e estabelecer as bases para a educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei nº 9.394/1996) reforça o atendimento educacional especializado previsto na Constituição de 1988. Ela dispõe que o acesso de alunos cegos à escola regular é obrigatório e deve acontecer com o suporte adequado. Em 2008, durante a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, o Brasil reafirmou seu compromisso com a inclusão educacional. A mais recente iniciativa foi a Lei Brasileira de Inclusão (LBI — Lei nº 13.146/2015), que estabelece a garantia de materiais didáticos acessíveis e o uso de tecnologias assistivas, visando garantir equidade aos alunos com deficiência.

O avanço da legislação possibilita e complementa o trabalho histórico de instituições como o Colégio Padre Chico, promovendo a autonomia e a cidadania plena dos alunos com deficiência visual.

### **Atuação de um núcleo de adaptação para crianças com deficiência visual**

No Instituto de Cegos Padre Chico, o processo de adaptação teve início sob a orientação do professor Mauro Montagna, responsável pela transcrição de livros para o sistema Braille. Seu trabalho contribuiu efetivamente para a criação do acervo da biblioteca e para o ensino dos primeiros alunos do colégio. Com o passar dos anos, as necessidades dos estudantes incentivaram o crescimento do setor. Além da transcrição para o sistema Braille, a gestão do colégio, com o apoio dos professores, passou a produzir livros, apostilas e materiais de apoio do zero, com o intuito de

proporcionar a esses alunos um ensino personalizado, que os incentivasse a aprender de forma independente.

Atualmente, o setor é responsável pela adaptação e produção de todo o material utilizado no colégio, que conta com 113 alunos matriculados do ensino infantil aos anos finais do ensino fundamental. As funções do setor incluem a adaptação conteudista, que consiste na redução ou flexibilização do currículo; a transcrição de textos para o sistema Braille por meio do aplicativo Braille Fácil; a adaptação de materiais táteis que acompanham avaliações e atividades; a elaboração de apostilas e demais documentos pertinentes à rotina escolar.

O setor opera em uma linha de produção na qual todos os procedimentos executados estão interligados. A primeira etapa do processo é a adaptação do conteúdo, que pode consistir na redução dos temas aplicados nas disciplinas, com base no levantamento das informações realmente pertinentes para o desenvolvimento do aluno em provas e atividades. Com essas informações, é possível, a partir da prova elaborada pelo regente da disciplina, fazer o resumo de textos e enunciados a fim de torná-los mais objetivos e funcionais para aquele aluno que de alguma maneira se dispersa com muitas informações. Em contrapartida, a adaptação curricular tem por finalidade trabalhar os conteúdos que de certa forma não se desenvolveram nas séries anteriores, conforme está previsto pelo artigo 59, inciso II da Lei de Diretrizes e Base da Educação.

“Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados”

(Lei nº 9.394, 1996)

Portanto, este modelo de prova corrobora a teoria postulada por Vigotsky (1978), levando em conta o desenvolvimento real e potencial do aluno. Além disso, as avaliações possuem caráter formativo, pois os alunos estão constantemente sendo observados com o propósito de destacar possíveis defasagens ou avanços no seu aprendizado, para que assim sejam feitas as alterações necessárias.

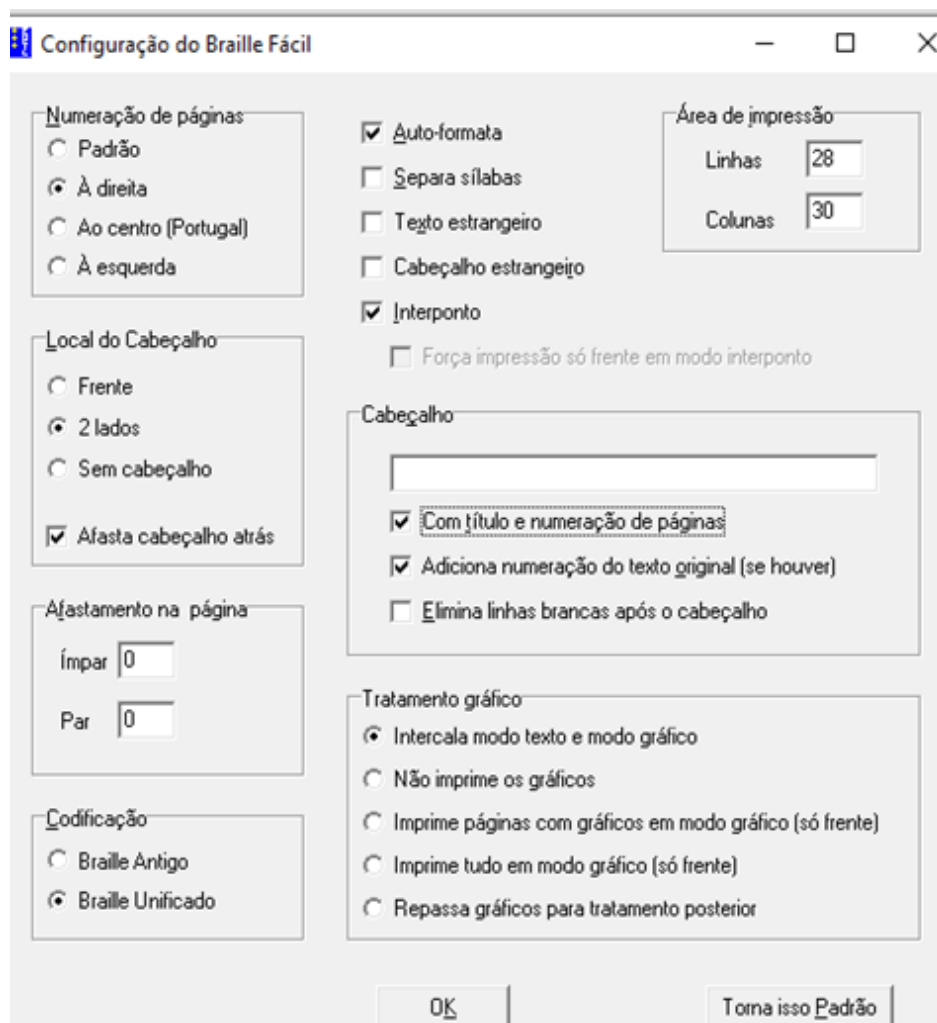
Assim como os alunos, os profissionais envolvidos na adaptação do conteúdo recebem feedbacks contínuos, a fim de que sua prática possa alcançar as necessidades dos discentes.

A segunda etapa da adaptação, é a impressão dos materiais para o modelo solicitado pelo professor, podendo se tratar de uma impressão comum, ampliada ou em braille. O andamento que se dá a impressão dos modelos em comum e ampliado, se diferem por pequenos detalhes, o setor recebe o texto em fonte Arial, tamanho 12 com espaçamento entre as linhas de 1.5. E assim, se faz a alteração para o ampliado em Arial, tamanho 24 com o mesmo espaçamento entre as linhas; em alguns casos, o

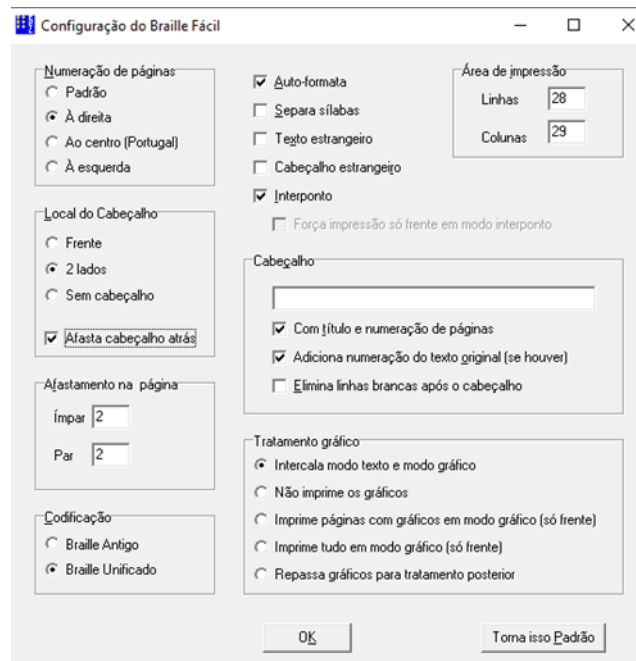
material é enviado em caixa alta, pois esse modelo facilita a leitura pela máquina ampliadora.

Em contrapartida as avaliações à tinta, a transcrição para o sistema braille requer uma prática diferenciada. O profissional responsável fará a transcrição através do aplicativo Braille Fácil na versão 4.0, um software criado no Instituto Benjamin Constant a partir da colaboração de José Antônio Borges, Geraldo José Ferreira e Júlio Tadeu Carvalho da Silveira. O programa editor de texto possibilita a impressão em braille com as seguintes configurações: Interpontada, ou seja, frete e verso ou sem interpontar, que se refere a apenas um lado da folha. As configurações no aplicativo devem seguir os comandos das imagens I e II.

**Figura I** - Aplicativo Braille Fácil versão 4.0, retirada do setor de adaptação do colégio padre chico. Configuração para a impressão sem interpontar.



**Figura II** - Aplicativo Braille Fácil versão 4.0, retirada do setor de adaptação do colégio padre chico. Configuração para a impressão interpontada.

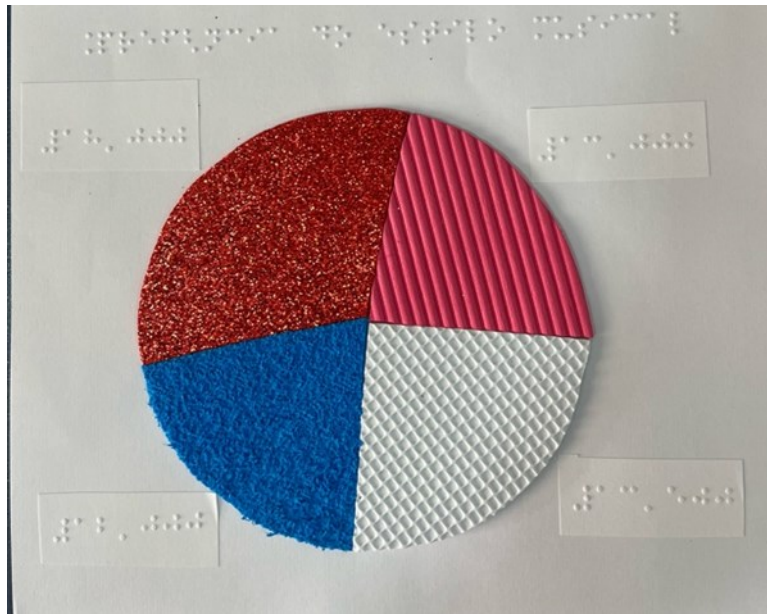


Tendo finalizado o processo de edição do texto, a impressão é realizada e o material estará disposto para o uso do aluno, com o título e numeração das páginas com base na configuração escolhida.

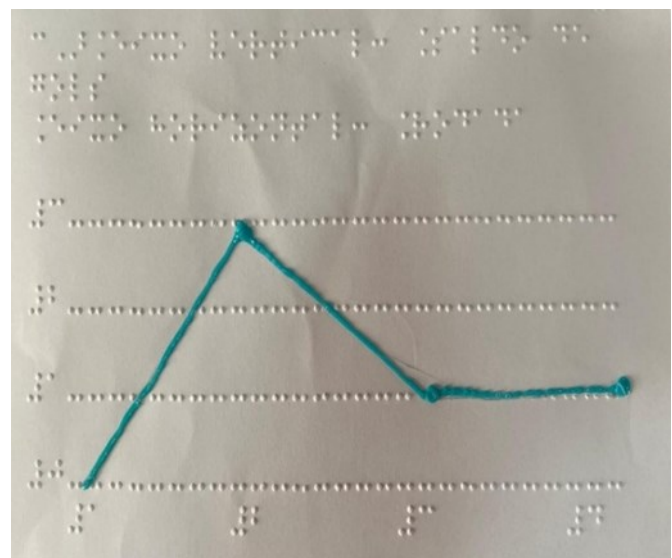
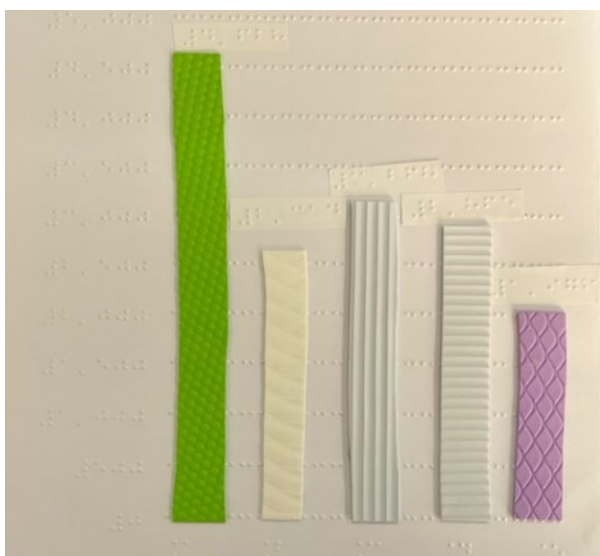
A última etapa do processo de adaptação se dá pela criação de materiais táteis, que servirão de apoio durante as avaliações, apenas aos alunos que realizam a prova em braille, tendo em vista que o aluno de baixa visão consegue concluir as atividades através da imagem ampliada ou pela descrição. Os materiais que serão aqui apresentados, foram desenvolvidos para auxiliar a prática da matemática no ensino fundamental II. Sua construção acontece de diversas maneiras e com uma gama extensa de materiais como a caneta 3D, a tinta expansiva acripuff, EVA com textura, barbantes, tinta dimensional ou em alguns casos, as figuras são desenhadas em um aplicativo chamado Monet, criado pelo Núcleo de Computação Eletrônica do Instituto Benjamin Constant, para ampliar a ferramenta de desenhos do Braille Fácil.

As imagens a seguir têm o intuito de esclarecer a prática exercitada nessa etapa da adaptação. Os seguintes materiais táteis foram criados no Núcleo de Adaptação Pedagógica do Colégio Vicentino de Cegos Padre Chico para as séries do ensino fundamental II com o intuito de apoiar os simulados semestrais no período de 2024 a 2025.

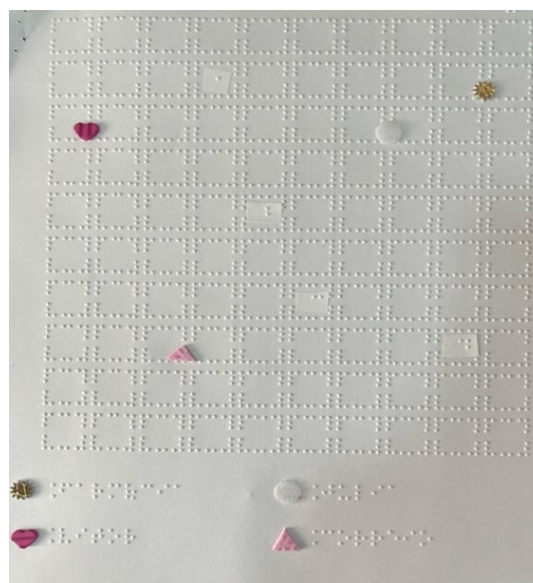
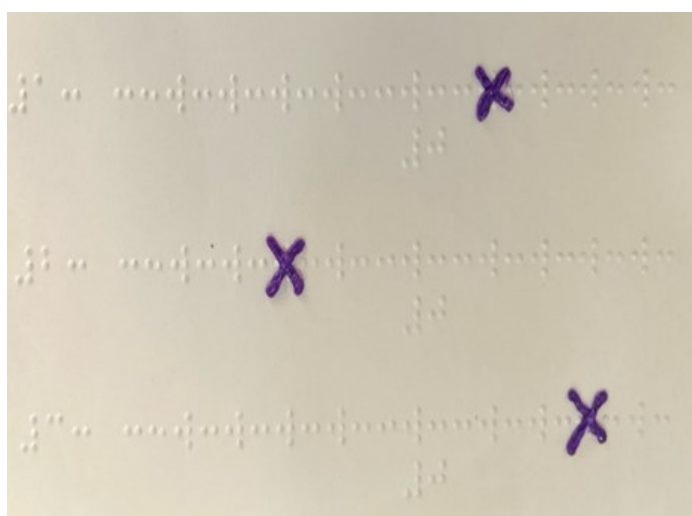
**Figura III** – Gráfico de pizza, feito com diversas texturas para representar os valores de cada categoria que o interlocutor deseja apresentar. Na divisão de cada textura, a caneta 3D ajuda a delimitar e diferenciar o espaço de cada elemento, as etiquetas em braile trazem a referência do que cada parte do gráfico deseja apresentar. Material elaborado pelo núcleo de adaptação do Colégio Vicentino de Cegos Padre Chico.



**Figura IV** – Gráfico de barras construídos com a caneta 3D ou com o EVA de textura. Ambos os modelos de gráfico, terão por padrão a base impressa na máquina braile, assim como é possível observar nas referências. Ambos os materiais foram produzidos pelo núcleo de adaptação do Colégio Vicentino de Cegos Padre Chico.



**Figura V e VI** – Malha quadriculada desenhada através do aplicativo braille fácil com linhas horizontais e verticais, há elementos recortados de diferentes formatos para direcionar o que a malha deseja representar. Na folha, também há uma legenda para especificar o que cada desenho deve simbolizar. Na figura VI, a reta numérica desenhada com uma caneta 3D ou com a tinta acripuff, deve estar em folha A4 comum, numerada com as etiquetas em braille. Os dois materiais retratados nas imagens foram confeccionados pelo de adaptação do Colégio Vicentino de Cegos Padre Chico.



Dessa forma, o trabalho do núcleo de adaptação pedagógica visa efetivar a inclusão escolar por meio de ações planejadas e constantemente revisadas pelos profissionais que concretizam sua prática. A adaptação de todos os materiais descritos no presente artigo, constitui em um exercício que não se restringe a prática mecanizada, mas sim, em um processo educativo que reconhece a individualidade do estudante e potencializa a autonomia na construção do saber.

A colaboração entre os professores, equipe técnica e gestão escolar em concordância com as legislações que permeiam a inclusão escolar, dialogam com a teoria de Vigotsky (1978) que se diz necessário transformar o ambiente escolar para o aluno e não o contrário. Em virtude dessa colaboração, observa-se que a maioria dos alunos, efetuam com autonomia todas as atividades propostas pelas disciplinas. E assim, efetiva-se o papel do setor de garantir o direito a educação de qualidade aos estudantes deficientes visuais, como foi promulgado pela atual constituição federal. Além disto, reafirma o processo de adaptação como algo constante, flexível e fundamental para a construção de uma escola igualitária.

As entrevistas com os alunos revelaram que, antes de frequentarem o colégio e terem acesso aos recursos apresentados neste artigo, os sujeitos enfrentavam grandes dificuldades em seu processo de ensino-aprendizagem. Um dos alunos entrevistados faz o seguinte relato: “Eu não tinha tantos recursos quanto tenho aqui. Eu tinha que fazer aquela letra grandona, e mesmo assim meus olhos doíam muito”. O relato des-

se aluno mostra que a falta de suporte adequado impacta diretamente sua saúde e motivação para participar das aulas. Após ingressar no Colégio Padre Chico, a equipe pedagógica constatou que seria mais adequado para o aluno aprender o sistema Braille. Isso proporcionou avanços em seu aprendizado e garantiu mais qualidade de vida, conforme narra o aluno: “Depois disso, meu olho parou de doer à noite, e o Braille me ajudou bastante. Até comecei a gostar de ler”.

Corroborando o relato anterior, um dos alunos do sexto ano descreve a escola anterior da seguinte maneira: “era pouco inclusiva, eu fazia as contas só com a calculadora falante, não tinha nenhum material de apoio. Quando cheguei aqui, achei bem estranho ter provas em braille e várias máquinas na sala. As coisas aqui são muito diferentes. Estar aqui no colégio me ajudou muito, hoje em dia eu consigo até acompanhar a sala em todas as matérias”.

As falas dos alunos aqui apresentadas, evidenciam que a adaptação pedagógica transforma a relação do aluno com o conhecimento, o que lhes permite assumir seu papel como protagonista em sua aprendizagem. O sistema braille e os materiais táteis não se limitam a traduzir conteúdos, mas também são responsáveis por reconstruir seu modo de aprender e de se perceber como sujeito capaz. Além disso, é possível destacar, a partir das entrevistas, o papel essencial do acolhimento dos docentes e da mediação pedagógica, conforme relata um dos alunos: “o professor de matemática, ensina brincando, e isso facilita bastante a forma de aprender”. Essas falas confirmam que a inclusão efetiva se concretiza no encontro entre adaptação material e prática humanizada.

## Considerações finais

Diante do conteúdo apresentado, foi possível compreender que a adaptação de materiais didáticos constitui uma diligência fundamental para garantir a aprendizagem significativa e o pleno desenvolvimento dos alunos com deficiência visual. A partir da análise das práticas concretizadas pelo Núcleo de Adaptação pedagógica do Colégio Vicentino de Cegos Padre Chico e dos relatos dos alunos matriculados no ensino fundamental anos finais que aqui foram apresentados, confirma-se que os recursos concebidos no setor, não apenas possibilitam o acesso ao conteúdo escolar, mas também promovem a autonomia, a autoestima e a real inclusão desses estudantes.

Portanto, conclui-se que o presente artigo alcançou seu principal objetivo ao comprovar que a presença do Núcleo de Adaptação Pedagógica do Colégio Vicentino de Cegos Padre Chico reflete uma prática coerente com os princípios da educação inclusiva de colaboração, flexibilidade e de reconhecimento da individualidade. Além de comprovar sua efetividade a partir dos relatos dos alunos acerca de sua vivência no colégio. Não resta dúvida de que o setor e todos os profissionais envolvi-

dos nesse processo foram capazes de acolher esses estudantes e proporcionar-lhes uma prática pedagógica efetiva.

O trabalho apresentado possui também o propósito de conscientizar as redes regulares de ensino a realizar formações que atendam as necessidades dos alunos com deficiência visual e preparar a escola para receber esses alunos de forma igualitária, a fim de garantir o direito à aprendizagem provando assim que a inclusão é possível quando a escola decide ver e ouvir cada aluno. Dessa forma, evidencia-se que as práticas formativas contínuas e a revisão constante das metodologias adotadas são caminhos essenciais para que as instituições reconheçam seu papel no combate as barreiras que afastam os discentes do seu real potencial e na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

## Referências

ANDRADE, Rebeca Medeiros de, et al. **"Abordagens e recursos didáticos voltados ao processo de ensino-aprendizagem de geometria focados em alunos cegos: uma revisão sistemática da literatura."** Blucher Design Proceedings. Blucher (2019).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : LDB : Lei nº 9.394/1996.** – 7. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023.

CAMARGO; MARQUES, Histórico do Instituto de Cegos “Padre Chico”. **Um passado de amor e dedicação.** São Paulo, 2012.

CARVALHO, Cynthia et al. Avaliação dos alunos deficientes visuais e videntes do Instituto de Cegos Padre Chico. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 82, p. e0056, 2023.

LEÃO, Gabriel Bertozzi de Oliveira E. Sousa, SOFIATO Cássia Geciauskas. "A educação de cegos no Brasil do século XIX: revisitando a história." **Revista brasileira de educação especial** 25.2 (2019): 283-300.

LEMOS, Francisco Mendes; FERREIRA, Paulo Felicíssimo. **Instituto Benjamin Constant uma história centenária.** Benjamin Constant, n. 1, 1995.

MACIEL, Cristiane Vales, RODRIGUES Rosinete dos Santos, COSTA Arley José Silveira da. **"A concepção dos professores do ensino regular sobre a inclusão de alunos cegos."** Benjamin Constant 36 (2007).

SOFIATO, Cassia Geciauskas et al. **Ensino de história para cegos: investigando práticas com uso da iconografia.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.